

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 169.296 - MG (2019/0335024-9)

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
SUSCITANTE : H I TRANSPORTES LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : RAFAEL DE LACERDA CAMPOS - MG074828
GRAZIELA RESENDE CARVALHO SACRAMENTO -
MG086889
FABIANA DINIZ ALVES E OUTRO(S) - MG098771
MARIANA VELOSO OLIVEIRA SOUTO - MG144659
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG
SUSCITADO : JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE PEDRO LEOPOLDO -
MG
INTERES. : PAULO ALEXANDRE SZOCS

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. EXECUÇÕES INDIVIDUAIS. LEI N. 11.101/05. INTERPRETAÇÃO SISTEMÁTICO-TELEOLÓGICA DOS SEUS DISPOSITIVOS. DELIBERAÇÃO ACERCA DE VALORES RETIDOS A TÍTULO DE DEPÓSITO RECURSAL EM RECLAMAÇÃO TRABALHISTA, AINDA QUE REALIZADOS ANTERIORMENTE AO DEFERIMENTO DA RECUPERAÇÃO. COMPETÊNCIA DO JUÍZO RECUPERACIONAL. PRECEDENTES. CONFLITO CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de conflito de competência suscitado por H I TRANSPORTES LTDA, em recuperação judicial, em face do JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG, no qual tramitam os autos de sua recuperação judicial, e do JUÍZO DA 2A VARA DO TRABALHO DE PEDRO LEOPOLDO - MG, no qual tramita a execução provisória nº 0010757-73.2018.5.03.0144 (processo principal nº 0001028-96.2013.5.03.0144) movida por PAULO ALEXANDRE SZOCS.

A suscitante postulou, em razão da competência universal do juízo da recuperação para decidir as questões tendentes a afetar o patrimônio da empresa recuperanda, a suspensão das execuções em trâmite na Justiça do Trabalho, bem

Superior Tribunal de Justiça

assim a declaração da competência do Juízo Estadual suscitado.

Deferido o pedido liminar, foi sobrestado o feito, designando-se, temporariamente, o juízo da recuperação para decidir sobre as medidas urgentes.

Foram prestadas as devidas informações por ambos juízos suscitados.

O MPF opinou pela declaração de competência do Juízo da recuperação.

É o relatório.

Com fundamento na orientação contida na Súmula 568/STJ, estou em proceder ao julgamento monocrático do presente conflito, tendo em vista a existência de precedentes acerca da questão ora discutida e a necessidade de desbastarem-se as pautas já bastantes numerosas da Colenda 2ª Seção.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça firmou-se no sentido de que os atos de execução dos créditos promovidos contra empresas falidas ou em recuperação judicial, sob a égide do Decreto-Lei 7.661/45 ou da Lei 11.101/05, bem como os atos judiciais que envolvam o patrimônio dessas empresas, devem ser realizados pelo juízo universal, incluindo a deliberação acerca da destinação dos valores atinentes aos depósitos recursais feitos em reclamações trabalhistas, ainda que efetivados anteriormente à decretação da falência ou ao deferimento da recuperação.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes da Segunda Seção do STJ:

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - JUSTIÇA TRABALHISTA E JUÍZO FALIMENTAR - EXECUÇÃO DE CRÉDITO TRABALHISTA - DEPÓSITO RECURSAL - LEVANTAMENTO - POSSÍVEL PREJUÍZO AOS DEMAIS CREDORES HABILITADOS - CONFLITO DE COMPETÊNCIA CONHECIDO PARA DECLARAR A COMPETÊNCIA DO R. JUÍZO UNIVERSAL DA FALÊNCIA.

1. A decretação da falência carrega ao juízo universal da falência a competência para distribuir o patrimônio da massa falida aos credores conforme as regras concursais da lei falimentar, inclusive, decidir acerca do destino dos depósitos recursais feitos no curso da reclamação trabalhista, ainda que anteriores à decretação da falência.

2. Por essa razão, após a quebra, é inviável o prosseguimento de atos de expropriação patrimonial em reclamações

Superior Tribunal de Justiça

trabalhistas movidas contra a falida perante a Justiça do Trabalho.

3. Conflito conhecido para declarar a competência do r. juízo falimentar. (CC 101.477/SP, Rel. Ministro MASSAMI UYEDA, Segunda Seção, julgado em 09/12/2009, DJe 12/05/2010)

AGRAVO REGIMENTAL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECLAMAÇÃO TRABALHISTA. DEPÓSITOS RECURSAIS ANTERIORES À QUEBRA.

- É do juízo falimentar a competência para decidir sobre o destino dos depósitos recursais feitos no curso de reclamação trabalhista movida contra a falida, ainda que anteriores à decretação da falência. (AgRg no CC 87.194/SP, Rel. Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, Segunda Seção, julgado em 26/09/2007, DJ de 04/10/2007)

Ainda, quanto ao tema, cumpre destacar a existência de diversas decisões monocráticas na mesma linha de entendimento dos precedentes acima aludidos: CC 149.278/CE (Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 02/06/2017), CC 150.867/SP (Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe de 31/05/2017), CC 152.179/PE (Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 24/05/2017) e CC 152.174/PE (Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, DJe de 19/05/2017).

Ante o exposto, conheço do conflito para declarar a competência do JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL DE LAVRAS - MG para o exame de quaisquer atos praticados na execução provisória nº 0010757-73.2018.5.03.0144 (processo principal nº 0001028-96.2013.5.03.0144) movida por PAULO ALEXANDRE SZOCS, que impliquem em constrição ou expropriação patrimonial da suscitante, H I TRANSPORTES LTDA, em recuperação judicial.

Os valores eventualmente constritos pelo Juízo da Vara do Trabalho relativos ao patrimônio da sociedade em recuperação deverão ser colocados à disposição do juízo universal, a quem competirá analisar eventual pedido de levantamento.

Comuniquem-se as autoridades judiciárias em conflito.

Superior Tribunal de Justiça

Julgo prejudicados os embargos de declaração de fls. 77/81 (e-STJ).
Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator

